

LEI COMPLEMENTAR Nº 07 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991

(Publicada no Diário Oficial de 21 e 22/12/1991)

Alterada pela Lei Complementar nº 10/94, publicada no DOE de 28/12/94.

Ver Lei nº 5.560/89, publicada no DOE de 15/12/89.

Dispõe sobre os critérios de cálculo do índice de participação dos Municípios no Produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, 75% (setenta e cinco por cento) constituem receita do Estado e 25% (vinte e cinco por cento), dos Municípios.

Parágrafo único. Para efeito do “caput” deste artigo, o produto da efetiva arrecadação do ICMS compreende o valor arrecadado dos sujeitos passivos, a título de imposto, de multa e de acréscimos tributários.

Art. 2º Revogado.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

Nota: O art. 2º e §§ 1º e 2º foram revogados pela Lei Complementar nº 10/94, publicada no DOE de 28/12/94, efeitos a partir de 28/12/94.

Redação original, efeitos até 27/12/94:

"Art. 2º Para a entrega das parcelas aos Municípios, no exercício de 1992, os índices definitivos de participação serão calculados e publicados pelo Tribunal de Contas do Estado, observados os seguintes critérios:

I - 75% (setenta e cinco por cento) com base na média a que se refere o § 6º deste artigo, que será obtida, utilizando-se o índice de valor adicionado, relativo a 1990 e o índice de valor adicionado médio que compõe o índice de participação vigente em dezembro de 1991;

II - 25% (vinte e cinco por cento) serão utilizados como fator de compensação a ser somado ao índice médio apurado na forma do inciso I;

III - o fator de compensação referido no inciso II será obtido através da diferença entre o índice de valor adicionado, calculado com base no inciso I e o índice de participação vigente, observado o somatório máximo de 25 (vinte e cinco).

§ 1º O fator de compensação será aplicado de modo que:

a) não eleve o índice de participação, a vigorar em 1992, acima do índice de participação vigente;

b) nenhum Município apresente índice de participação, a vigorar em 1992, com redução superior a 20%(vinte por cento), em relação ao índice de participação vigente;

c) nenhum Município perceba fator de compensação acima de 0,80000.

§ 2º Para o Município cujo índice de valor adicionado médio, calculado na forma deste artigo e observada a respectiva ponderação, for maior ou igual ao índice de participação vigente, o fator de compensação será 0,00001."

§ 3º Na apuração do valor adicionado, o Estado adotará:

I - a diferença entre o valor das mercadorias saídas e o das mercadorias entradas, nas

operações relativas à circulação de mercadorias;

II - a diferença entre o preço cobrado na operação posterior e o cobrado na anterior, relativamente à prestação de serviços de comunicação;

III - o preço cobrado na prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.

§ 4º Para efeito de cálculo do valor adicionado serão computadas:

I - as operações e prestações que constituam fato gerador do imposto, mesmo quando o pagamento for antecipado ou diferido, ou quando o crédito tributário for diferido, reduzido ou excluído em virtude de isenção ou outros benefícios, incentivos ou favores fiscais;

II - as operações imunes do imposto, conforme as alíneas “a” e “b” do inciso X do § 2º do artigo 155, e a alínea “d” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

§ 5º o Estado, através da Secretaria da Fazenda, apurará, anualmente, a relação percentual entre o valor adicionado de cada Município e o valor total do Estado tomando por base o ano imediatamente anterior ao da apuração.

§ 6º o índice de valor adicionado, referido no parágrafo anterior, corresponderá à média dos índices apurados no ano-base e no que lhe antecede imediatamente, devendo este índice ser aplicado para a entrega das parcelas dos Municípios a partir do primeiro dia do ano imediatamente seguinte ao da apuração.

§ 7º Caso os índices de valor adicionado do ano que antecede imediatamente o ano-base encontrem-se “sub-judice”, a média a que se refere o § 6º será calculada utilizando-se os índices de valor adicionado do ano-base referente aos índices de participação vigentes por força de determinação judicial, no ano da apuração.

§ 8º A Secretaria da Fazenda publicará no Diário Oficial do Estado, até o dia 30 de junho do ano da apuração, os valores adicionados referentes aos dois anos civis imediatamente anteriores e as relações percentuais referidas nos §§ 5º e 6º.

§ 9º Os Prefeitos Municipais, as Associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelo Estado no cálculo do valor adicionado, sendo vedado a este omitir quaisquer dados ou critérios ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos.

§ 10. Os Prefeitos Municipais, as Associações de Municípios ou seus representantes poderão impugnar, no prazo de 30 dias corridos, contados da sua publicação, os dados e os índices de que trata o § 5º deste artigo, sem prejuízo das ações civis e criminais cabíveis.

§ 11. No prazo de 60(sessenta) dias corridos, contados da data da primeira publicação, a Secretaria da Fazenda deverá julgar e publicar as impugnações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 12. Quando decorrentes de ordem judicial, as correções de índices deverão ser publicados até o dia 15 do mês seguinte ao da data do ato que as determinar.

§ 13. A Secretaria da Fazenda manterá um sistema de informações, baseado em documentos fiscais obrigatórios, capaz de apurar, com precisão, o valor adicionado de cada Município.

§ 14. O valor adicionado, relativo a operações constatadas em ação fiscal, será considerado no ano em que o resultado desta se tornar definitivo, em virtude da decisão administrativa irrecorrível.

§ 15. O valor adicionado relativo a operações ou prestações espontaneamente confessadas pelo contribuinte, será considerado no período em que ocorrer a confissão.

§ 16. A lei estadual que criar, desmembrar, fundir ou incorporar Municípios levará em conta, no ano em que recorrer, o valor adicionado de cada área abrangida.

Art. 3º Do produto da arrecadação do imposto de que trata o artigo 1º, 25% serão depositados ou remetidos no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada à “conta de participação dos Municípios no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação”, aberta no Banco do Estado da Bahia S/A - BANEBA.

§ 1º Na hipótese de ser o crédito relativo ao Imposto sobre operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação extinto por compensação ou transação, a repartição estadual deverá, no mesmo ato efetuar o depósito ou a remessa dos 25% pertencentes aos Municípios na conta de que trata este artigo.

§ 2º Os agentes arrecadadores farão os depósitos e remessas a que alude este artigo independentemente de ordem das autoridades superiores, sob pena de responsabilidade pessoal.

Art. 4º Até o segundo dia útil de cada semana, o BANEBA entregará, a cada Município, mediante crédito em conta, a parcela que a este pertencer, do valor dos depósitos ou remessas feitos, na semana imediatamente anterior, na conta a que se refere o artigo anterior.

Art. 5º Os Municípios poderão verificar os documentos fiscais que, nos termos da lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias, em operações de que participem produtores, industriais e comerciantes estabelecidos em seus territórios; apurada qualquer irregularidade, os agentes municipais deverão comunicá-la à repartição estadual incumbida do cálculo do índice de que trata esta Lei Complementar, assim como à autoridade competente.

§ 1º Sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações a que estiverem sujeitos por lei federal ou estadual, os produtores serão obrigados, quando solicitados, a informar às autoridades municipais, o valor e o destino das mercadorias que tiverem produzido.

§ 2º Fica vedada aos Municípios apreender mercadorias ou documentos, impor penalidades ou cobrar quaisquer taxas ou emolumentos em razão de verificação de que trata este artigo.

§ 3º Sempre que solicitado pelos Municípios, fica o Estado obrigado a autorizá-los a promover a verificação de que trata o “caput” e o § 1º deste artigo, em estabelecimentos situados fora de seus territórios.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não prejudica a celebração, entre o Estado e seus Municípios e entre estes, de convênios para assistência mútua na fiscalização dos tributos e permuta de informações.

Art. 6º Mensalmente, a Secretaria da Fazenda publicará no Diário Oficial do Estado, a arrecadação total do ICMS, discriminando as parcelas entregues a cada Município.

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Lei nº 5.560, de 14 de dezembro de 1989.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 20 de dezembro de 1991.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Governador